

# VI CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

ESTADO DE DIREITO, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA AMBIENTAL



## A importância do reconhecimento da filiação para a dignidade da pessoa humana & consequências jurídicas, sociais da sonegação de filiação

### Autor(es)

Marcos Paulo Andrade Bianchini  
Giovanna Isabelli Marques Rodrigues  
Sara Angelica Araujo De Almeida  
Luciana Calado Pena  
Renata Apolinário De Castro Lima  
Eduardo Augusto Gonçalves Dahas

### Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE ANTÔNIO CARLOS | BELO HORIZONTE

### Introdução

O reconhecimento da filiação é um pilar fundamental para a dignidade da pessoa humana, garantindo ao indivíduo o direito inalienável de conhecer sua origem e ter sua identidade plenamente estabelecida. Em sua essência, a filiação vai além do vínculo biológico, moldando a construção afetiva, social e jurídica do ser. No entanto, a sonegação de filiação, seja ela paterna ou materna, lança uma sombra sobre esse direito, gerando profundas consequências jurídicas e sociais. A recusa ou a omissão em reconhecer um filho priva o indivíduo de direitos básicos, como o nome, herança, pensão alimentícia e, mais crucialmente, do sentimento de pertencimento e afeto, impactando negativamente seu desenvolvimento e bem-estar. Compreender a complexidade e a urgência desse tema é essencial para a promoção de uma sociedade mais justa e para a proteção dos direitos mais elementares de cada indivíduo.

### Objetivo

O objetivo deste resumo é alertar a sociedade sobre as consequências da falta de reconhecimento parental. Quando uma criança não é reconhecida por um dos pais, seja no registro civil ou afetivamente, isso pode gerar baixa autoestima, insegurança emocional, dificuldades de afeto, problemas sociais e prejuízo à identidade e pertencimento.

### Material e Métodos

O material de pesquisa para esse resumo se resultou em estatística, e artigo do código penal que é um crime previsto no Código Penal Brasileiro art. 243, que protege o estado de filiação e a estrutura familiar. De acordo com a Associação Nacional de Registradores de Pessoas Naturais, mais de 153 mil crianças nasceram no Brasil sem o nome do pai na certidão de nascimento em 2024. A sonegação de estado de filiação do art. 243 é tratada de forma bastante séria no direito brasileiro, pois pode prejudicar tanto os direitos da pessoa que teve sua filiação negada quanto a relação de responsabilidade entre os pais e a criança ou o adulto envolvido. No Brasil, desde 2012, a

# VI CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

ESTADO DE DIREITO, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA AMBIENTAL



Justiça pode iniciar de ofício, sem pedido da mãe ou da criança, uma investigação de paternidade sempre que o nome do pai não consta na certidão de nascimento. O MP pode então entrar com ação para identificar o pai e garantir os direitos da criança.

## Resultados e Discussão

As discussões sobre esse assunto levaram para os seguintes resultado, o não reconhecimento da filiação compromete o pleno exercício dos direitos fundamentais da criança, como o direito à origem, à identidade e à convivência familiar, todos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa omissão pode gerar lacunas emocionais e jurídicas, dificultando o acesso à verdade biológica e à construção da própria história. O art. 243 do Código Penal reforça a importância da veracidade no registro civil, punindo quem atribui falsamente maternidade ou paternidade, protegendo a criança contra fraudes que violam sua dignidade e segurança jurídica.

## Conclusão

A sonegação do estado de filiação é uma violação grave aos direitos fundamentais da criança e do adolescente, pois impede o pleno exercício da identidade e do pertencimento familiar. O reconhecimento da filiação não é apenas um ato jurídico, mas também um gesto de responsabilidade afetiva e social. Garantir que toda criança tenha seu vínculo reconhecido é essencial para promover dignidade, igualdade e desenvolvimento emocional saudável, fortalecendo, assim, os valores de uma sociedade mais justa

## Referências

MODELO INICIAL - [https://modeloinicial.com.br/lei/CP/crimes-contra-estado-filiacao-@\\_ESPECIAL\\_\\_VII\\_II](https://modeloinicial.com.br/lei/CP/crimes-contra-estado-filiacao-@_ESPECIAL__VII_II)

BIBLIOTECA IBGE - <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>

TRILHANTE - <https://trilhante.com.br/curso/crimes-contra-a-familia/aula/parto-suposto-supressao-ou-alteracao-de-direito-inerente-ao-estado-civil-de-recem-nascido-2>

VLEX - <https://vlex.com.br/vid/sonegacao-filiacao-art-243-789498885>

CNJ JUS BR - <https://www.cnj.jus.br/pai-presente-44-filhos-reconhecidos-em-um-dia-em-escola-do-ceara/>